



## Educação Pública: Política de cotas e justiça social

Alexandre Santos

Artigo sobre a importância da Política de Cotas para a democratização da educação e realização da justiça social no Brasil.

Durante muito tempo, fazendo valer os conhecimentos adquiridos em função de vultosos investimentos familiares em educação e cultura, estudantes oriundos das classes A e B - que não têm dificuldades para freqüentar bons colégios (em sua grande maioria particulares), escolas de línguas, intercâmbios culturais e, quando necessário, professores particulares, matérias específicas e cursos preparatórios - ocuparam a quase totalidade das vagas oferecidas pelas faculdades públicas do País, desfrutando, na prática, uma cota próxima de 100% no sistema público de ensino superior - exatamente o mais cobiçado, não só por ser gratuito, mas, também, por ser o de melhor qualidade. De fato, em função das facilidades permitidas pela afluência, os jovens que têm a oportunidade de incorporar o conhecimento colocado à venda pelo mercado cultural e educacional são, obviamente, mais qualificados do que aqueles nascidos e criados em berço desforrado, os quais, quase sempre, têm o preparo acadêmico limitado ao mínimo garantido em lei. E, nesse embalo, em nítido exemplo de concorrência desleal, como num jogo de cartas marcadas e resultado naturalmente viciado, via de regra, as vagas disputadas nos exames vestibulares do sistema público de ensino superior são preenchidas pelos jovens das 'melhores famílias', reservando aos mais pobres as opções de interromper o aprendizado no Ensino Médio ou continuá-lo em alguma faculdade paga. Instala-se, então, um contra-senso, pois, ao invés de servir aos mais necessitados, o sistema público de ensino superior constitui ambiente cativo daqueles que 'podem', remetendo os que 'não podem' para o dispendioso sistema privado de ensino.

Vale lembrar que, por conta da injustiça implícita naquele modelo, sob a alegação de que não atendia a população mais pobre, governos cogitaram suspender a gratuidade do ensino público superior. "Afim de contas, se não atende aos pobres, por que ser gratuito?", argumentavam eles. O bom senso, no entanto, falou mais alto e, graças a Deus, ao tempo que mais e mais pessoas clamam por 'um ensino público de qualidade', os defensores do ensino pago parecem ter (pelo menos, momentaneamente) ensarilhado as armas. Contida esta ameaça, foi hora de buscar uma fórmula capaz de reduzir a injustiça embutida no velho modelo de grandes cotas para as estudantes das classes A e B e, mantendo o ensino gratuito, tornar mais públicas as faculdades públicas.

Foi neste quadro que surgiu o chamado sistema de cotas - uma política pública cujo objetivo é proporcionar alguma chance a estudantes injustamente penalizados por um modelo econômico centenário que, despreocupado com a superação de injustiças históricas, concentra renda, impedindo largos setores da sociedade de adquirir os dispendiosos bens

culturais e educacionais e dificultando a democratização das oportunidades sociais e econômicas.

Um sistema que, longe de estabelecer privilegio, reduz a tradicional cota em favor dos que podem pagar em detrimento daqueles que não podem, contribuindo para o resgate parte da dívida contraída pela sociedade junto aos mais pobres, abrindo caminho para uma situação em que todos possam se ajudar mutuamente. É nesta perspectiva que deve ser visto o tal Sistema de Cotas que tanta polêmica vem provocando no País.

Que o ensino seja público, universal e de boa qualidade.